

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.624 - SP (2014/0276414-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : JOSÉ VIEIRA FILHO**  
**RECORRENTE : TEREZA DE SOUZA CARVALHO**  
**RECORRENTE : MARIA DE OLIVEIRA XAVIER**  
**RECORRENTE : ATHOS DE OLIVEIRA**  
**RECORRENTE : ARISTIDES DE LIMA**  
**RECORRENTE : ELTORE TRAVAIN**  
**RECORRENTE : MARIO PALAMINI**  
**RECORRENTE : ALONSO KENNERLY**  
**RECORRENTE : ZULMA MARIA DE MORAIS**  
**ADVOGADO : ANTONIO CARLOS POLINI - SP091096**  
**RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ VIEIRA FILHO e OUTROS, com fulcro nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ fls. 273/274):

AGRAVO DO ARTIGO 557, § 1º, DO CPC. PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. BENEFÍCIO DE VALOR MÍNIMO. REVISÃO. APLICAÇÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS NO CÁLCULO DA RENDA MENSAL E NA APURAÇÃO DAS DIFERENÇAS. ATRELAMENTO AO SALÁRIO MÍNIMO. ERRO MATERIAL. ELABORAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS.

- Benefício de valor mínimo não exige recolhimento de contribuição e representa, em qualquer ocasião, um salário mínimo, inadmitindo-se recálculo ou revisão com base em salários-de-contribuição ou a incorporação de expurgos inflacionários.

- Inexistência de recálculo da renda mensal inicial e, muito menos, de possibilidade de incorporação de expurgos inflacionários ou atrelamento do benefício a determinado número de salários mínimos, que não seja o mínimo legal.

- Correção de erro de cálculo não preclui nem coloca em risco a autoridade da coisa julgada, mas sim, antes, preserva o enriquecimento sem causa e o dano ao erário.

- Determinação para que o benefício da parte autora volte a ser pago no valor de um salário mínimo, e que sejam efetuados novos cálculos, eliminando-se quaisquer diferenças referentes à incorporação dos expurgos na renda mensal, inicial e de manutenção, limitada a execução às diferenças decorrentes dos abonos anuais.

Rejeitados os aclaratórios (e-STJ fls. 282/299).

Nas suas razões, os recorrentes apontam ofensa ao art. 201, § 2º, da Constituição Federal de 1988 e ao princípio da correlação, bem como aos arts. 463, I, 467, 468, 474 e 475-G, todos do CPC/1973, ao dar nova interpretação *ex officio* ao título judicial com fundamento no art. 115, II, da Lei 8.213/1991.

No mérito, alegam, ainda, violação do art. 535, I e II do CPC/1973, sustentando que a decisão unipessoal inaugurou várias controvérsias que não foram previamente debatidas pelo colegiado.

E aduzem que, "além de a r. decisão monocrática ter equiparado hipotético erro de julgamento com erro material em flagrante afronta ao art. 463, I, do CPC, impôs aos ora recorrentes a formalização de título judicial alienígena, à margem do devido processo legal" (e-STJ fl. 305).

Apontam, ainda, dissídio jurisprudencial com julgado desta Corte, segundo o qual recebida a verba de natureza alimentar por determinação judicial e em decorrência dos critérios advindos do título exequendo, presumível se mostra a boa-fé a fundamentar a aplicação do princípio da irrepetibilidade alimentar.

Sem contrarrazões. Juízo positivo de admissibilidade às e-STJ fls. 348/351.

Passo a decidir.

De início, registro que o Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feito esse esclarecimento, no pertinente aos dispositivos da Constituição da República, cumpre salientar que o recurso especial não é remédio processual adequado para conhecer de irresignação fundada em suposta afronta a preceito constitucional, ainda que para efeito de prequestionamento, sendo essa atribuição da Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário (art. 102, III, da CF).

Nesse mesmo sentido:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO. INDIVIDUALIZAÇÃO. LEGITIMIDADE DO SINDICATO. LIQUIDAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE EXAME NA VIA ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO. ENUNCIADO OU SÚMULA NÃO EQUIVALE A DISPOSITIVO FEDERAL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF.

**1. Em recurso especial, não cabe invocar violação à norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.**

2. Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

3. No que se refere à alegada infringência à Súmula 150 do Supremo

Tribunal Federal, esta Corte firmou entendimento de que enunciado ou súmula de tribunal não equivale a dispositivo de lei federal, ficando desatendido o requisito do art. 105, III, a, da CF. Precedentes.

4. O acórdão recorrido não destoa da atual e pacífica orientação deste Superior Tribunal de Justiça firme no sentido de que o prazo prescricional para a propositura de ação executiva contra a Fazenda Pública é de cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, nos termos da Súmula 150/STF ("Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação").

5. Ainda na linha de nossa jurisprudência, "enquanto houver discussão a respeito da legitimidade do sindicato para promover a execução coletiva do título executivo judicial, não flui o prazo prescricional para o ajuizamento da pretensão executória individual. Tal exegese tem por fundamento evitar a imputação de comportamento inerte ao exequente que, ante a ciência do aforamento da pretensão executória pelo ente sindical, prefere a satisfação do crédito exequendo pela via da execução coletiva" (REsp 1343213/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/10/2012, DJe 15/10/2012). Precedentes.

6. A ausência de impugnação a fundamento basilar do acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice previsto na Súmula 283/STF.

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1621640/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018) (Grifos acrescidos).

De outro lado, não merece acolhimento a pretensão de reforma do julgado por negativa de prestação jurisdicional, porquanto o acórdão impugnado apreciou fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, contudo em sentido contrário à pretensão recursal, o que não se confunde com o vício apontado. A propósito: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 887.885/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Corte Especial, julgado em 18/04/2018, DJe 26/04/2018.

Quanto ao mérito, impende consignar que o acórdão manteve a sentença de procedência dos embargos à execução, opostos pela autarquia em razão da apresentação de precatório complementar, por considerar "a ausência de crédito em favor dos embargados" (e-STJ fl. 259). E isso porque, de acordo com o julgado, a pretensão dos exequentes conteria erro material, *in verbis* (e-STJ fls. 260/266):

Proposta execução complementar (f. 184/188), em face desta é que foram apresentados os presentes embargos à execução.

Porém, não poderá medrar tal positivo, por isso geradoras de **erro material** e aptas a serem corrigidas pela **relativização da coisa julgada**.

No presente caso, os autores eram titulares de benefícios previdenciários rurais, no valor inferior a **UM SALÁRIO MÍNIMO**.

Como conceber um aumento artificial, não previsto em lei, por meio de um processo judicial que solucionou a lide em descompasso com a Constituição Federal? Tal quadro não pode prevalecer, ainda que os créditos tenham sido gerados em ação judicial com o trânsito em julgado.

Uma vez identificado o **erro material**, ainda que incrustado no título, pode ser apurado a qualquer tempo, mesmo que posteriormente ao trânsito em julgado.

[...]. No caso dos autos, há que se falar, também, na presença do interesse público, porque quem paga indevidamente são, *in extrema ratio*, os contribuintes.

[...]. Os autores executaram a **incorporação de expurgos inflacionários na**

**renda** do seu benefício, item concedido no título executivo, mas que não pode ser aceito, por distorcer a natureza do benefício que foi e deverá ser mantidos no importe de um salário mínimo, além de proporcionar uma majoração insólita em benefício sobre o qual sequer houve o custeio.

Nunca é demais enfatizar que a adoção de critérios de correção adicionais à referida revisão, em vigor de 05/05/89 até 09/12/91, implica *bis in idem* e excesso de execução, ainda que tenha o título executivo equivocadamente assim determinado.

Em que pese haver condenação para incorporar os índices inflacionários, no processo de conhecimento, há de se levar em conta os princípios encartados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, precipuamente a moralidade administrativa.

Cuida-se, assim, de caso em que o magistrado deve incidir sobre dois princípios constitucionais que colidem, devendo, para tanto, usar o bom senso e a razoabilidade.

Na oportunidade, vale referir o disposto no artigo 741, § único, do Código de Processo Civil, norma que hospeda a **relativização da coisa julgada**, dentro do contexto do esforço do uniformizar a jurisprudência a fim de evitar a enorme insegurança jurídica vigente no país.

[...].

Entretanto, a toda evidência houve pagamento a maior, gerador de enriquecimento indevido dos autores-embargados e seus advogados, devendo ser tal valor **devolvido aos cofres públicos**.

Sendo assim, **de ofício**, deve o Poder Judiciário determinar que seja apurado o valor definitivo do crédito que cabe aos autores, após realização de **outro laudo pericial** em primeira instância, assegurado o contraditório, resolvendo-se os valores por decisão interlocutória.

[...]

À decisão acima transcrita, acrescento que, conforme bem asseverado pelo Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias, não há o que recalcular se o benefício deve, sempre, ser igual a um salário mínimo vigente no país, à vista da Constituição da República e do disposto no artigo 143, inciso II, da Lei nº 8.213/91; quer dizer, benefícios de valor mínimo não exigem recolhimento de contribuições e representam, em qualquer ocasião, um salário mínimo, daí porque não há se falar em recálculo ou revisão com base em salários-de-contribuição, em incorporação de expurgos inflacionários, enfim, não se admite o acréscimo de nenhum valor ao salário mínimo, a título de renda mensal.

Assim, é inócua a decisão quando desrespeita a norma da Lei nº 8.213/91, a essência do benefício de aposentadoria por idade de rural, a renda mensal fixa, no importe de um salário mínimo.

Nesse passo, se não há recálculo de renda mensal, muito menos se pode admitir a incorporação de expurgos inflacionários ou o atrelamento a determinado número de salários mínimos, que não seja o mínimo legal; mais ainda quando os benefícios, de renda mensal vitalícia, não estão sujeitos às regras da lei nº 8.213/91, seja em relação ao cálculo da renda mensal inicial, seja em relação aos critérios de reajustamento.

Noto, ademais, que a sentença determinou o recálculo da renda mensal do benefício, com aplicação dos índices expurgados da economia, e não a determinação de incidência dos expurgos inflacionários no reajuste do benefício, mas apenas para recálculo da Renda Mensal Inicial.

Desse modo, há evidente excesso de execução, sendo necessária a adequação do cálculo ao conteúdo da decisão transitada em julgado. Isso porque a execução deve a ter-se aos exatos termos e limites estabelecidos na sentença proferida no processo de conhecimento.

De todo o excerto supra, extrai-se que as instâncias ordinárias

foram unânimes em considerar que o precatório complementar era indevido pela inclusão de índices expurgados na conta em decorrência de erro material, porquanto a sentença não teria determinado sua inclusão no reajuste do benefício, mas tão somente "no recálculo da Renda Mensal Inicial" (e-STJ fl. 266).

Ocorre que a inversão dessas premissas adotadas pelo julgado demandaria o reexame de prova, inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURADO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. REEXAME DE PROVAS. ENUNCIADO Nº 7/STJ.

1. É da jurisprudência desta Corte que o erro material corrigível a qualquer tempo e que não transita em julgado com a homologação da conta é o aritmético e de cálculo, detectáveis ao simples exame da conta. Eventual divergência acerca de critérios de cálculo e de seus elementos não configura erro material.

2. A irrisignação que busca desconstituir os pressupostos fáticos adotados pelo acórdão recorrido encontra óbice no enunciado nº 7 da Súmula desta Corte.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.214.902/PR, Rel. Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), SEXTA TURMA, julgado em 08/02/2011, DJe 14/03/2011).

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. COISA JULGADA. PRAZO PRESCRICIONAL. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Cuida-se, na origem, de Embargos à Execução de Título Judicial propostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra o ora recorrente, fundados em excesso de execução.

2. O Juiz de 1º Grau julgou parcialmente procedente o pedido.

3. O Tribunal a quo deu parcial provimento à Apelação do ora recorrente e assim consignou na sua decisão: "O acórdão proferido pelo TRF - 4ª Região expressamente declarou prescritos os valores vencidos antes de 09/2/2001, in verbis: Desse modo, contando a parte autora 43 anos, 06 meses e 14 dias, tem direito à majoração de sua aposentadoria por tempo de serviço, nos termos do artigo 53, inciso II, da Lei nº 8.213, de 24-07-1991, para 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, a contar de 27-03-1998, observada a prescrição das parcelas vencidas antes de 09-02-2001. Não houve a interposição de qualquer recurso contra essa decisão, tendo transitado em julgado em 14/6/2010, com a conseqüente formação de coisa julgada material. Competia ao embargado, se desejasse ver sanado eventual equívoco na fixação desse marco prescricional, ter contra ele se insurgido no momento oportuno, interpondo o recurso apropriado à época. Não o fazendo, formou-se coisa julgada que lhe desfavorece. Ademais, não estamos diante de simples erro material que afaste o instituto da coisa julgada e autorize o seu conhecimento nestes embargos. Logo, nesse ponto, procede a alegação do INSS (há erro material ao se referir à União), devendo ser observado o prazo prescricional expressamente fixado no título judicial objeto de execução (9/2/2001)". (fl. 312, grifo acrescentado).

4. Modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher

a tese do recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

5. Por fim, não fez o recorrente o devido cotejo analítico e assim não demonstrou as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles.

6. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.565.946/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2016, DJe 05/09/2016).

Contudo, em relação ao dissídio jurisprudencial referente à impossibilidade de repetição das parcelas recebidas por força de título judicial, assiste razão aos recorrentes. Com efeito, esta Corte prestigia o entendimento de ser indevida a restituição de valores recebidos em razão de decisão judicial transitada em julgado:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. VALORES RECEBIDOS POR SERVIDOR PÚBLICO EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA POR MEIO DE AÇÃO RESCISÓRIA. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS.

IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO Nº 1.401.560/MT.

INAPLICABILIDADE.

1. "A jurisprudência do STJ firmou o entendimento no sentido de que, em virtude da natureza alimentar, não é devida a restituição dos valores que, por força de decisão transitada em julgado, foram recebidos de boa-fé, ainda que posteriormente tal decisão tenha sido desconstituída em ação rescisória". (AgRg no AREsp 2.447/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 04/05/2012)

2. O entendimento consolidado pela Primeira Seção do STJ no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.410.560/MT, segundo o qual é legítimo o desconto de valores pagos em razão do cumprimento de decisão judicial precária, posteriormente revogada, não tem aplicação no caso dos autos, pois na hipótese o pagamento decorreu de sentença judicial definitiva, desconstituída em ação rescisória.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 463.279/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 08/09/2014).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO tão somente para reconhecer indevida a restituição das parcelas pagas em razão do título judicial transitado em julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator